



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Ata Nº 2 / 2020

Ata			
Reunião de acompanhamento contratos TRE-PI		Código TRE-PI – GABDG– 2020 Classificação da Informação Interno / Externo	
Identificação da Reunião			
Tema	Reunião do CONGEST	Data	16/03/2020
Local	Auditório	Horário	9 horas
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Deliberar sobre os seguintes processos SEI: 0014720-24.2019.6.18.8011, 0003835-47.2020.6.18.8000, 0003224-94.2020.6.18.8000 e 0001079-65.2020.6.18.8000; • Deliberar acerca do PAC 2020. 		
Notas da Reunião			
<p>A presente reunião dos membros do CONGEST, previamente convocada pelo Exmo. Des.Presidente deste Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, por meio do SEI 0016179-31.2018.6.18.8000, foi aberta pelo Senhor Diretor Geral que, prontamente agradeceu a presença de todos e elencou os processos, objetos de análise para posterior deliberação do referido Comitê.</p> <p>O primeiro processo a ser analisado foi o SEI 0014720-24.2019.6.18.8011, no qual o objeto é a solicitação oriunda da 11ª Zona Eleitoral - Piripiri para adoção de providências no sentido de autorizar o restabelecimento do posto de Agente de Portaria, pelo menos no turno diurno, em face a insegurança gerada aos funcionários pelo grande fluxo de eleitores no período que antecede ao fechamento de cadastro eleitoral, considerando que a referida zona é a terceira maior ZE do interior do Estado, depois de Parnaíba e Picos. Conforme já deliberado pelo CONGEST em ocasiões anteriores acerca do mesmo pedido advindos de outras zonas, o Conselho manteve a decisão em indeferir o pedido por motivos de restrição orçamentária.</p> <p>O segundo processo a ser discutido na presente reunião foi o SEI 0003835-47.2020.6.18.8000, sobre a proposta de renovação da Plataforma Fórum Conhecimento Jurídico. Segundo o Secretário de Orçamento e Finanças - SAOF, para fins de verificação de disponibilidade orçamentária, faz-se necessária a demonstração do custo certo, o que não é possível, na presente data, visto que a proponente apresenta o valor da renovação acrescido do índice e preços no consumidor (IPCA), o qual só pode ser aferido após os 12 (doze) meses da vigência do contrato nº 22/2019, que foi firmado no dia 10/07/2019. Dessa forma, o CONGEST aprovou a renovação, sob a condição de incluir no orçamento da planilha de solicitação da 1ª fase de crédito 2020 a ser encaminhada até dia 20/03/2020 ao TSE.</p> <p>Nesse momento, o Diretor Geral fez um breve alerta aos gestores presentes na reunião sobre o panorama orçamentário restrito para os próximos anos e a necessidade do TRE-PI rever seus contratos, implantar medidas de redução de gastos para melhor adequação.</p> <p>Ato contínuo, passou-se a analisar o SEI 0003224-94.2020.6.18.8000 acerca da elaboração da proposta orçamentária para 2021, assunto complexo e que deve ser deliberada de forma integrada. O Coordenador de Orçamento e Finanças fez um breve retrato do panorama de custo previstos em x orçamento disponível, com base na manifestação prévia do TSE em não conceder, nesse primeiro momento, liberação de crédito complementar. Para fechamento do orçamento de 2021 haverá manutenção do valor das despesas continuadas, limite já definido e a previsão para os contratos, considerando os reajustes legais, com a ressalva que os valores já superam o limite destinado ao TRE-PI. A COOF informou, também, que os pedidos de ampliação ou de para o exercício de 2021 podem ser solicitados, uma vez que existem outros Tribunais finalizando obras e as sobras deverão ser redistribuídas aos demais Tribunais solicitantes. Referente aos contratos, a COOF será responsável peça inserção no SIGEPRO, incluindo os contratos da STI. Ressaltou-se que a situação orçamentária de 2020 ainda está aceitável por conta da centralização das urnas no depósito do Fórum e o fechamento dos postos de segurança dos cartórios eleitorais.</p> <p>Em relação ao PAC foi mantido o mesmo valor do exercício anterior e a COOF questionou se será mantida a proposta de plano orçamentário separadamente, sendo parte definida para EJE e o restante do montante a ser distribuído para todas as unidades demandantes de capacitação, tendo o CONGEST votado favoravelmente.</p> <p>Dentro do âmbito da discussão da proposta orçamentária 2021, o Diretor Geral fez a proposta de análise para redução em torno de 20% das despesas dos atuais contratos, tais quais, limpeza, Correios, estagiários, dentre outros. Ainda em relação ao PAC, o Diretor Geral sugeriu que a distribuição do orçamento seja feita em termos de valores para evitar previsão de cursos inservíveis, gerando um elevado número de processos de solicitação de substituição de cursos já autorizados, incluindo custos com a compra não programada de passagens aéreas e pagamento de cursos mais caro em razão da intempestividade causada pelo tempo de tramitação do processo de autorização de substituição.</p>			

A COOF alertou para a necessidade de um planejamento de orçamento otimizado, além da otimização de aplicação dos recursos reduzidos há a obrigatoriedade de adequação ao orçamento impositivo, ou seja, o TRE-PI deve executar exatamente o que planejou, caso contrário a administração superior deve justificar

Em seguida o CONGEST passou a deliberar sobre o SEI 0005186-55.2020.6.18.8000, no qual o TSE estabelece procedimentos e prazos para que este TRE-PI solicite alteração orçamentária para o exercício de 2020 - 1ª fase de crédito 2020.

O Secretário de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF, informou aos membros do CONGEST e demais participantes que o TRE-PI possui uma demanda reprimida de permanente na ordem de mais de 2 milhões e solicitou às unidades que indiquem as prioridades para que seja solicitado ao TSE os créditos, uma vez que não há recursos destinados à referida despesa. Além disso, a SAOF levantou a necessidade de solicitar crédito para cobrir os custos com renovação de aquisições, uma vez que referida despesa com servidores cedidos é nova, portanto não há previsão no orçamento anterior. Dessa forma, a SAOF solicitou à Secretaria de Gestão de Pessoas para averiguar caso a caso.

Também, foi objeto de análise e posterior deliberação do CONGEST o SEI 0001079-65.2020.6.18.8000 que trata da comunicação da Secretaria de Tecnologia de Informação - STI acerca da necessidade de atualização dos Sistemas Operacionais - SO, dos microcomputadores em virtude de descontinuidade de atualização do *software* básico Windows 7, com manifestação favorável da reativação do projeto "Preparação do Ambiente Zonas Eleitorais", de forma a resguardar o bom andamento do processo eleitoral. Isso terá o custo de deslocamento de técnicos para reinstalação do referido sistema nos computadores das zonas eleitorais e o CONGEST questionou se não poderia realizar remotamente ou se os computadores podem ser remanejados para sede para que a TI execute a atualização. A STI alertou sobre as consequências da não atualização e os prejuízos à segurança dos sistemas eleitorais. Foi levantado que a equipe de transição da nova gestão deveria participar dessa decisão, uma vez que afetará os custos e atividades operacionais, porém a referida equipe não manifestou interesse, até o presente momento, em participar das atividades de transição de gestão.

Por fim, iniciou-se a discussão para definição do PAC 2020, com proposta mista, ou seja, parte utilizando a definição de cursos das unidades e parte baseando-se no resultado do ciclo avaliativo da gestão por competência e o PAC ainda não será totalmente distribuído com base na gestão por competência, porque o TRE-PI ainda não está totalmente maduro e seguro que o resultado do ciclo avaliativo reflita de forma fidedigna a realidade de necessidade de capacitação. Deve-se respeitar o valor destinado à EJE e o orçamento restante contemplar os cursos obrigatórios, como cursos de gestão, agente de segurança, graduação, semana do servidor e TI. Do valor total destinado ao PAC, 300 mil reais, será distribuído da seguinte forma: 107 mil para EJE, 82 mil para cursos já executados (SGP e COCIN em janeiro), 60 mil para STI, 22.300 cursos obrigatórios de gestão, 10 mil curso de agente de segurança, 3 mil para realização da semana do servidor e 16 mil para custeio de bolsas de graduação.

Após o término das pautas pre definidas para realização da presente reunião, o Diretor Geral e o Exmo. Juiz Auxiliar da Presidência abriram a discussão aos presentes para o posicionamento da realização das atividades do TRE-PI em relação à situação do coronavírus.

O Diretor Geral agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Deliberações / Compromissos

Assunto/Descrição	Deliberação/Compromisso	Responsável	Data para cumprimento
1. Deliberações	Análise da possibilidade de redução dos custos dos contratos do TRE-PI (limpeza, Correios, estagiários, dentre outros)	UNIDADES	
	Renovação da Editora Fórum - solicitar crédito ao TSE	SAOF	
	Manutenção do percentual do PAC destinado a EJE e de forma separada do orçamento do PAC Geral, considerando o orçamento específico da TI, em razão do atendimento do IGOV (35% do orçamento do PAC geral), que impacta na pontuação do Selo Justiça em Números.	COEDE/COOF	
	Distribuição do PAC entre as unidades por valores e não por cursos, de forma a evitar os custos oriundos das solicitações de substituições de cursos previamente autorizados.	COEDE/UNIDADES	
	Orçamento 2021 aprovado, com a ressalva de redução de até 20% dos custos dos contratos, se possível.	UNIDADES/DG/SAOF	
	Indicação, por parte das secretarias das prioridades de recursos permanentes para	UNIDADES/SAOF	

	que seja solicitado do TSE créditos suplementares.		
	STI deverá fazer o levantamento dos custos referentes à reinstalação atualização do <i>software</i> básico Windows 7, para apresentar na reunião do próximo CONGEST.	STI	
	Distribuição do orçamento ao PAC entre as unidades da seguinte forma: 107 mil para EJE, 82 mil para cursos já executados (SGP e COCIN em janeiro), 60 mil para STI, 22.300 cursos obrigatórios de gestão, 10 mil curso de agente de segurança, 3 mil para realização da semana do servidor e 16 mil para custeio de bolsas de graduação.	COEDE/UNIDADES	
Participantes			
Nome	Unidade	Cargo	Assinatura
Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho	Diretoria Geral	Diretor-Geral	
Dr. Ítalo Márcio Gurgel de Castro	Juiz	Juiz Auxiliar da Presidência	
Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva	SAOF	Secretário	
Fabiano Rodrigues Mendonça Miranda	ASPEG	Assessor	
Sidney Pinheiro Moraes	AJURSAOF	Assessor	
Joaquim Francisco de Almeida Filho	COOF	Coordenador	
Abelard Dias Ribeiro dos Santos	SEAPT	Chefe de Seção	
João José Rodrigues Alves	SJ	Secretário	
Daniel Gomes Evaristo	STI	Secretário	
Ivana de Macedo Rodrigues	SGP	Secretária	
Larissa de Oliveira Neiva Castro	COEDE	Coordenadora	
Ivo Farias Cavalcante	SECADO		
Leonardo Moraes Júnior	COCIN	Coordenador	
Juliana Marinho Melo Martins	EJE		
Clarisse Nunes de Carvalho	EJE		
Claudia Laise Reis Martins Pádua	ASPLAN	Assessora	

Ricardo Coelho Pereira	ASPLAN	Assessor Substituto	
Antônio Alves Rodrigues Júnior	ASPLAN		
Ailton Cristian Queiroz e Silva	ASPLAN	Gerente de Projetos	



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho, Diretor Geral**, em 20/03/2020, às 10:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário(a)**, em 20/03/2020, às 11:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Larissa de Oliveira Neiva Castro, Coordenador(a) de Educação e Desenvolvimento**, em 20/03/2020, às 11:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Francisco de Almeida Filho, Coordenador**, em 20/03/2020, às 11:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Laíse Reis Martins, Servidor(a) Requisitado(a)**, em 20/03/2020, às 11:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Cristian Queiroz e Silva, Colaborador(a) Terceirizado(a)**, em 20/03/2020, às 11:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **João José Rodrigues Alves, Secretário Judiciário**, em 20/03/2020, às 11:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Alves Rodrigues Junior, Técnico Judiciário**, em 20/03/2020, às 11:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clarisse Nunes de Carvalho, Técnico Judiciário**, em 20/03/2020, às 11:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivana de Macedo Rodrigues, Secretário(a) de Gestão de Pessoas**, em 20/03/2020, às 13:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Coelho Pereira, Servidor(a) Requisitado(a)**, em 23/03/2020, às 08:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Moraes Junior, Coordenador de Controle Interno**, em 23/03/2020, às 10:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ÍTALO MÁRCIO GURGEL DE CASTRO, Juiz Auxiliar do TRE-PI**, em 23/03/2020, às 13:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gomes Evaristo, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 23/03/2020, às 14:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0919931** e o código CRC **6B148334**.